TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Inquérito Civil nº 14.0242.0000513/2013-2

Aos 30 dias do mês de agosto de 2013, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, pelo Promotor de Justiça do Consumidor da Comarca de Conchas abaixo assinado, e os senhores **FRANCISCO CARLOS JOVELLI**, filho de Nicodemos Jovelli e Maria Bissoli Jovelli, nascido em 29 de novembro de 1963 em Conchas, RG 16.189.242, CPF 027.015.268-76, residente no Sítio Água Bonita, bairro Baguari, Conchas, telefone (14) 99620-9012, e **ANTONIO SERGIO JOVELLI**, filho de Nicodemos Jovelli e Maria Bissoli, nascido em 11 de março de 1969 em Conchas, RG 22.120.751, CPF 113.264.678-24, residente na rua Mário Alves Lima, nº 06, Centro, Conchas, telefone (14) 99123-4174, doravante chamado de COMPROMISSÁRIOS, nos autos de inquérito civil em epígrafe, celebram, na forma do artigo 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, alterado pelo artigo 113 da Lei nº 8.078/90, acordo nos termos abaixo descritos.

Considerando os relatórios de inspeção oriundos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, noticiando a utilização da denominada “cama de aviário” na alimentação dos ruminantes nesta região;

Considerando que no Brasil permite-se a alimentação das aves com rações contendo farinha de carne e ossos e que parte dessa ração cai na “cama”, e que, conseqüentemente, o bovino que consumi-la pode contrair a doença denominada Encefalopatia Espongiforme Bovina, ou, como conhecida “Doença ou Mal da Vaca Louca”;

Considerando que os seres humanos podem ser contaminados se ingerirem a carne de um animal que tenha contraído a doença, que pode ficar incubada por um período que varia entre 02 (dois) a 07 (sete) anos no animal contaminado;

Considerando que, com vista a impedir a contaminação do gado bovino pela ingestão de proteína e gordura de origem animal, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA editou a Instrução Normativa nº 8, de 24 de março de 2004, proibindo a alimentação de ruminantes com este tipo matéria, incluindo-se denominada “cama de aviário”, como se vê de seu artigo 1º, parágrafo único;

Considerando que o MAPA realizou inspeções na propriedade dos COMPROMISSÁRIOS e constatou que havia “cama de aviário”, o que pode vir a colocar em risco a saúde do consumidor, na medida em que os animais podem contrair a doença, permitindo que a contaminação da carne;

Considerando que as exposições do MAPA para a questão têm revelado que 83% (oitenta e três por cento) das amostras positivas para proteína e gordura de origem animal encontrada na alimentação dos ruminantes provêm da “cama de aviário”;

Considerando que as mesmas exposições têm ensinado que não é possível a análise da presença da doença no animal vivo, o que equivale a dizer que apenas através do comportamento do mesmo, ou após sua morte, se faz viável a coleta de amostra de tecido cerebral e respectivo exame, com vistas à verificação da doença;

Considerando que a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria de sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos, dentre outros, o princípio da garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho – artigo 4º, “caput”, e inciso II, alínea “d”, Código de Defesa do Consumidor;

Considerando que são direitos básicos do consumidor, entre outros, a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos; a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem – artigo 6º, incisos I e III, Código de Defesa do Consumidor;

Considerando que quando cuida especificamente da Proteção à Saúde e Segurança do Consumidor, o Código de Defesa do Consumidor especifica, em seu artigo 8º, que *Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito;*

Considerando, ainda, que o artigo 18, § 6º, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor, dispõe que são impróprios ao uso e consumo os produtos nocivos à vida ou a saúde.

1ª Cláusula – Os COMPROMISSÁRIOS são os legítimos herdeiros de Nicodemus Jovelli, que os transmitiu o Sítio Água Bonita, localizado no bairro Baguari, no Município de Conchas (coordenadas S22°56'17,3" e W047°59'00,6"), e admitem que, outrora, já utilizaram proteínas e gorduras de origem animal na alimentação de ruminantes;

2ª Cláusula – No entanto, sabedores de que a utilização de proteínas e gorduras de origem animal na alimentação de ruminantes pode acarretar prejuízos à saúde humana e que é vedada pela legislação em vigor, em especial pela Instrução Normativa nº 8, de 25 de março de 2004, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, os COMPROMISSÁRIOS comprometem-se, imediatamente, a: a) deixar de usar proteína e gorduras de origem animal, como, por exemplo, cama de aviário, na alimentação de ruminantes; b) não deixar, de qualquer

modo, que animais ruminantes tenham acesso à ração ou material que contenha proteína e gorduras de origem animal; c) e impedir que animais ruminantes tenham acesso ou se alimentem de ração ou material que contenha proteína e gorduras de origem animal;

3ª Cláusula – Em caso de descumprimento do ora ajustado, ou seja, para cada vez que constatado o descumprimento de qualquer das obrigações previstas na cláusula precedente, os COMPROMISSÁRIOS pagarão a multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizada monetariamente pelos índices oficiais vigentes por ocasião do inadimplemento, até o dia do seu efetivo pagamento, para depois ser revertida ao Fundo Estadual de Defesa de Interesses Difusos, sem prejuízo de execução específica e das sanções penais e administrativas;

4ª Cláusula – Ainda em caso de descumprimento, os COMPROMISSÁRIOS ficarão sujeitos à imediata cessação da atividade lesiva, bem como, no prazo de trinta dias, à obrigação de abater os animais indevidamente alimentados com proteína e gorduras de origem animal ou que tenha tido acesso a esse tipo de material, com o consequente e adequado descarte da carcaça em atenção à proteção do meio ambiente e para que não haja risco à saúde pública.

5ª Cláusula – Este compromisso não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão de defesa do consumidor ou da saúde pública, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares;

6ª cláusula - Este acordo produzirá efeitos legais depois de homologado o arquivamento do respectivo inquérito civil pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, e do artigo 585, inciso VII, CPC;

7ª cláusula - A celebração deste compromisso de ajustamento de conduta ou de outro pactuado com qualquer órgão da Administração

Pública não impede que um novo termo seja firmado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO e os COMPROMISSÁRIOS, desde que mais vantajoso para o consumidor;

8ª cláusula - O MINISTÉRIO PÚBLICO poderá, a qualquer tempo, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar este compromisso, determinando outras providências que se fizerem necessárias, sob pena de invalidade imediata deste termo, ficando autorizado, nesse caso, a dar prosseguimento ao inquérito civil eventualmente arquivado pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público em decorrência deste instrumento.

Estando justos e contratados, vai o presente termo assinado por mim, Promotor de Justiça do Consumidor, pelos para que tenham os seus regulares efeitos.

Conchas, 30 de agosto de 2013.

FRANCISCO CARLOS JOVELLI

ANTONIO SERGIO JOVELLI

Ricardo Takashima Kakuta
Promotor de Justiça